

Jauru Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP da Companhia para o ciclo 2023-2024 foi de R\$ 90.687 (R\$ 85.039 para o ciclo 2022-2023). Um aumento de aproximadamente 6,6% decorrente da variação do IPCA e da revisão periódica da RAP estabelecida pela Resolução Homologatória nº 3.216, de 04 de julho de 2023.

(b) Pagamento de dividendos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia pagou o montante de R\$ 34.000 de dividendos, sendo R\$ 22.667 para Celeo Redes Expansões S.A. e R\$ 11.333 para Celeo Redes Brasil S.A, conforme suas participações.

(c) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios findos em 2023 e 2022 foi de 99,99% e 99,97%, respectivamente.

(d) Pagamento debêntures

Durante o exercício findo em 2023 foram pagos R\$ 10.740 de principal, sendo R\$ 5.342 em 15 de junho de 2023 e R\$ 5.398 em 15 de dezembro de 2023, e R\$ 5.902 de juros, sendo R\$ 3.004 em 15 de junho de 2023 e R\$ 2.898 em 15 de dezembro de 2023.

(e) Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 83. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria.

A nomeação dos auditores independentes é de competência da acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, funcionando de forma não permanente, será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da

Jauru Transmissora de Energia S.A

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jauru Transmissora de Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jauru Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6.2, 10 e 18 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;

ii) a verificação, com o auxílio de nossos especialistas de Finanças Corporativas, se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia; e se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; e

iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.073	160
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	8.800	19.617
Concessionárias e permissionárias	10	9.015	8.389
Ativo de contrato	11	96.110	89.819
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	7.278	4.419
Outros ativos		5.473	6.148
Total do ativo circulante		128.749	128.553
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	16.933	13.856
Ativo de contrato	11	462.198	487.989
Total do realizável a longo prazo		479.131	501.845
Imobilizado e Intangível		3.474	3.621
Total do imobilizado + intangível		3.474	3.621
Total do ativo não circulante		482.605	505.466
Total do ativo		611.354	634.018
Fornecedores		1.122	1.127
Financiamento	13	13.241	17.528
Debêntures	14	13.703	10.848
Salários e encargos a pagar		1.979	1.742
Impostos e contribuições a recolher		1.331	1.805
Pis e Cofins diferidos	15	8.421	7.870
Dividendos	24 (b)	12.374	4.138
Encargos setoriais		4.854	4.224
Outros passivos		1.188	864
Total do passivo circulante		58.213	50.146
Financiamento	13	27.236	39.930
Debêntures	14	54.368	64.568
Pis e Cofins diferidos	15	40.662	43.035
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	86.228	79.668
Outros passivos		455	473
Total do passivo não circulante		208.950	227.674
Total dos passivos		267.162	277.820
Capital social	18 (a)	266.880	266.880
Reserva de lucros	18 (b)	77.312	89.318
Total do patrimônio líquido		344.192	356.198
Total do passivo e patrimônio líquido		611.354	634.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	19	66.797	53.963
Pessoal		(6.672)	(6.039)
Material		(431)	(504)
Serviços de terceiros	21 (i)	(8.159)	(6.276)
Outros	20	(2.534)	(936)
Custos operacionais		(17.796)	(13.755)
Lucro bruto		49.001	40.208
Pessoal		(348)	(317)
Serviços de terceiros	21 (ii)	(1.345)	(1.284)
Outros		(387)	(355)
Despesas operacionais		(2.080)	(1.956)
Resultado antes do resultado financeiro		46.921	38.252
Receitas financeiras		6.183	5.711
Despesas financeiras		(14.708)	(17.305)
Resultado financeiro	22	(8.525)	(11.594)
Resultado antes dos impostos		38.396	26.658
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.606)	(1.317)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(6.560)	(4.090)
Imposto de renda e contribuição social	23	(8.166)	(5.407)
Lucro líquido do exercício		30.230	21.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente **Exercícios findos em 31 de dezembro**

(em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	30.230	21.251
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	30.230	21.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros a realizar	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		266.880	4.268	2.191	49.498	46.245	-	-	369.084
Pagamento de dividendos	18 (b)	-	-	-	(30.000)	-	-	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	21.251	21.252
Reserva Legal	18 (b)	-	1.063	-	-	-	-	(1.063)	-
Reserva de incentivos fiscais	18 (b)	-	-	3.637	-	-	-	(3.637)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	-	(4.138)	(4.138)
Reserva de retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	12.414	-	-	(12.414)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		266.880	5.330	5.828	31.912	46.245	-	-	356.198
Transferência para reserva de retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	46.245	(46.245)	-	-	-
Pagamento de dividendos	18 (b)	-	-	-	(36.245)	-	-	-	(36.245)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	30.230	30.230
Reserva Legal	18 (b)	-	1.511	-	-	-	-	(1.511)	-
Reserva de incentivos fiscais	18 (b)	-	-	4.754	-	-	-	(4.754)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	-	(5.991)	(5.991)
Dividendos adicionais propostos	18 (b)	-	-	-	-	-	17.973	(17.973)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		266.880	6.842	10.582	41.912	-	17.973	-	344.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		30.230	21.251
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	6.560	4.090
- Imposto de renda e contribuição social correntes		1.606	1.317
- Pis e Cofins diferidos	15	(1.822)	(2.887)
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(5.818)	(5.716)
- Juros e correção monetária sobre debêntures e financiamento	13/14	13.878	16.694
- Ativo de contrato - remuneração	11	(71.291)	(59.897)
		(26.656)	(25.146)
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias	10	(626)	(906)
- Ativo de contrato	11	90.789	86.339
- Impostos e contribuições a recuperar		(2.859)	(1.532)
- Outros ativos		675	(1.003)
- Fornecedores		(4)	-
- Salários a pagar		237	208
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		657	521
- Encargos setoriais		630	537
- Outros passivos		309	138
Caixa gerado pelas atividades operacionais		63.152	59.155
Impostos pagos sobre o lucro		(2.737)	(1.367)
Debêntures - pagamento de juros	14	(5.902)	(6.232)
Financiamentos - pagamento de juros	13	(4.144)	(5.536)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		50.368	46.020
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(76.917)	(71.280)
Títulos e valores mobiliários - resgates		90.475	81.911
Imobilizado e intangível		147	90
Caixa proveniente das atividades de investimento		13.705	10.720
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	24 (b)	(34.000)	(32.233)
Debêntures - pagamento de principal	14	(10.740)	(5.884)
Financiamentos - pagamento de principal	13	(17.419)	(18.641)
Caixa (utilizado) nas atividades de financiamento		(62.159)	(56.757)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.914	(18)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		160	179
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	2.073	160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
Base de preparação		
1.	Contexto operacional	15
2.	Base de preparação	16
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	16
4.	Uso de estimativas e julgamentos	16
Políticas contábeis		
5.	Base de mensuração	16
6.	Políticas contábeis materiais	16
7.	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	23
Ativos		
8.	Caixa e equivalentes de caixa	24
9.	Títulos e valores mobiliários	24
10.	Concessionárias e permissionárias	25
11.	Ativo de contrato	25
12.	Impostos e contribuições a recuperar	25
Passivos e Patrimônio Líquido		
13.	Financiamento	25
14.	Debêntures	28
15.	PIS e COFINS diferidos	29
16.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29
17.	Provisões e passivos contingentes	30
18.	Patrimônio líquido	31
Desempenho do ano		
19.	Receita operacional líquida	32
20.	Outros custos	32
21.	Serviços de terceiros	33
22.	Resultado financeiro	33
Tributos sobre o lucro		
23.	Imposto de renda e contribuição social	34
Outras informações		
24.	Transações com partes relacionadas	34
25.	Gestão de riscos financeiros	35
26.	Cobertura de seguros	38

1 Contexto operacional

A Jauru Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima fechada, foi constituída em 3 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão N° 001/2007 (“Contrato”), para o período de 30 anos, tem como objetivo: (i) instalações de transmissão em 230 KV, com origem na Subestação Samuel e término na Subestação Ariquemes, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 153 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Ariquemes e término na Subestação Ji-Paraná, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 164 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Ji-Paraná e término em Pimenta Bueno, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Pimenta Bueno e término na Subestação Vilhena, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 160 km; e pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Vilhena, no Estado de Rondônia e término em Jauru, no Estado de Mato Grosso, com circuito duplo e com extensão aproximada de 354 km; e (ii) entradas de linhas 230 KV na Subestação Samuel, 230 KV na Subestação Ariquemes por reatores de linha, 230 KV na Subestação Pimenta Bueno por reatores de linha, 230 KV na Subestação Vilhena por reatores de linha e 230 KV na Subestação Jauru por reatores de linha bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato foi assinado no dia 20 de abril de 2007 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de abril de 2037. A Companhia entrou em operação comercial em maio de 2013.

A partir de julho de 2024 (16º ano de operação comercial) a Companhia receberá 50% da receita anual permitida do 15º ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão.

1.2 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória nº 3.216, de 4 de julho de 2023, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2023-2024 em R\$ 90.687 (R\$ 85.039 para o ciclo 2022-2023). Um aumento aproximado de 6,6%, decorrente do reajuste do IPCA e da revisão periódica da RAP.

1.3 Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL procede a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2012-2013, a segunda ocorreu no ciclo 2017-2018 e a terceira em 2022-2023.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 28 de fevereiro de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 7.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 10) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 17). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas como políticas contábeis materiais (em 31 de dezembro de 2022: "principais políticas contábeis") em determinados casos, de acordo com as alterações.

6.1 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

iv.1 Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ii. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

6.2 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão.

Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar.

6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.5 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas são efetivas para exercícios iniciados para exercícios após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas novas e alteradas não possuem um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7); (ii) Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e (iii) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

A companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1).

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

		2023	2022
Caixa		30	31
Depósitos bancários à vista	(a)	2.043	129
		2.073	160

- (a) A variação está relacionada ao valor da próxima parcela do empréstimo que será liquidada.

9 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

A Companhia aplica seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras em 2023 foi de 99,70% (98,72% em 2022) do DI com vencimento entre abril e agosto de 2024. A redução observada no exercício refere-se, principalmente, ao resgate para pagamento de dividendos.

ii. Não circulante

		2023	2022
Fundo de investimento - Financiamento	(a)	7.768	7.012
Fundo de investimento - Debêntures	(b)	9.165	6.844
		16.933	13.856

Aplicações referente às garantias do contrato de financiamento e das debêntures e estão em conformidade com as cláusulas do contrato e da escritura, respectivamente.

- (a) Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.
- (b) Para fins garantia da operação da 1ª emissão de debentures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, em uma conta denominada "conta reserva debêntures" e "conta de pagamento debêntures", valores equivalentes ao saldo mínimo de 1 (uma) vez o valor estimado da próxima prestação semestral a vencer, incluindo pagamentos de amortização do principal, atualização monetária e dos juros remuneratórios das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2023 a totalidade dos recursos está aplicado em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos, referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2023 foi de 12,78% (12,18% no exercício findo em 2022).

10 Concessionárias e permissionárias

		2023	2022
A vencer		8.474	7.583
Até 3 meses		196	1
De 3 a 12 meses		284	18
Acima de 12 meses		1.092	1.817
Provisão para perdas esperadas de crédito	(a)	(1.030)	(1.030)
		9.016	8.389

- (a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia reavaliou e manteve a provisão de parte dos títulos vencidos a mais de 365 dias.

11 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		577.808	604.250
Efeito da revisão tarifária periódica	(a)	14.162	-
Remuneração do ativo de contrato		57.128	59.897
Recebimentos		(90.789)	(86.339)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		558.308	577.808

- (a) Conforme nota explicativa 1.1, a RAP da Companhia foi reajustada em razão da Revisão Tarifária Periódica (RTP), impactando o ativo de contrato e o resultado em R\$ 14.162.

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	96.110	89.819
Não circulante	462.198	487.989
	558.308	577.808

12 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2023	2022
Imposto de renda	6.727	4.239
Contribuição social	551	180
	7.278	4.419

13 Financiamento

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	57.458	75.673
Juros	4.582	5.962
Amortização de principal	(17.419)	(18.641)
Amortização de juros	(4.144)	(5.536)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	40.477	57.458

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	13.241	17.528
Não circulante	27.236	39.930
	40.477	57.458

A Companhia possui contratos de financiamento com o BNDES e ambos foram destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1 e aos investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental.

O contrato firmado em 23 de dezembro de 2009 possui o valor total do financiamento em R\$ 107.000 dividido em 3 (três) subcréditos:

- i. Subcrédito A no valor de R\$ 86.285 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,32% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de abril de 2024.
- ii. Subcrédito B no valor de R\$ 17.715 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 4,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de outubro de 2019.
- iii. Subcrédito C no valor de R\$ 3.000 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de novembro de 2015.

O contrato firmado em 26 de dezembro de 2012 possui o valor total do financiamento em R\$ 152.800 dividido em 3 (três) subcréditos:

- iv. Subcrédito D no valor de R\$ 138.300 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,58% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de junho de 2027.
- v. Subcrédito E no valor de R\$ 13.200 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. A última parcela referente ao Subcrédito E foi paga no dia 15 de dezembro de 2022.
- vi. Subcrédito F no valor de R\$ 1.300 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de junho de 2027.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2023
Em 2025	10.894
Em 2026	10.894
Em 2027	5.448
	27.236

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Não realizar, sem a prévia autorização do BNDES, (i) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) concessão de preferência a outros créditos e (iii) distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido; (b) Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (c) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). O ICSD precisa ser no mínimo de 1,3 e o ICP igual ou superior a 30% sendo este calculado de acordo com as demonstrações contábeis regulatórias.

Abaixo estão demonstrados os cálculos do ICSD e do ICP.

(a) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	2023
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	2,28
(A) Geração de caixa da atividade	87.201
(B) Serviço da dívida	38.205
(A) Geração de caixa da atividade	87.201
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	19.777
(+) LAJIDA (EBITDA)	70.161
(-) Pagamento de imposto de renda	(738)
(-) Pagamento de contribuição social	(1.999)
(B) Serviço da dívida	38.205
(+) Amortização de principal	28.159
(+) Pagamento de juros	10.046
EBITDA	70.161
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	38.396
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	8.525
(+) PIS e COFINS deferidos por conta da aplicação da CPC 47	(2.045)
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(71.291)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(15.912)
(+) Montante recebido pela empresa a título de RAP	96.736
(+) Parcela de PIS e COFINS deduzida da RAP + demais deduções da receita	12.263
(+/-) Outros ajustes IFRS (i)	3.489

(i) Refere-se a diferenças oriundas da aplicação do ICPC 01 (R1) relacionadas às adições ao imobilizado.

(b) Índice de capital próprio (ICP)

(A) Índice de capital próprio (B) / (C)	67%
(B) Patrimônio líquido	300.562
(C) Total do ativo	447.809

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

14 Debêntures

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	75.416	76.800
Juros	9.296	10.732
Amortização de principal	(10.740)	(5.884)
Amortização de juros	(5.902)	(6.232)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	68.071	75.416

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	13.703	10.848
Não circulante	54.368	64.568
	68.071	75.416

A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de junho de 2013 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R\$ 39.000. O saldo principal da dívida é corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de taxa de juros de 8% ao ano. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento dos juros remuneratórios foi realizado no dia 15 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento será no dia 15 de dezembro de 2030.

Em 24 de outubro de 2013, a Companhia celebrou instrumento particular de Escritura da 2ª emissão pública de debêntures no valor total de até R\$ 39.000 em debêntures simples e não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$ 250 com emissão de 156 debêntures com data de emissão em 15 de junho de 2013. Os encargos financeiros são IPCA acrescido de 8% ao ano.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2023
Em 2025	1.350
Em 2026	2.314
Em 2027	8.097
A partir de 2028	42.607
	54.368

A escritura das debêntures possui cláusulas restritivas não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária e não pecuniária; (b) A constituição, sem a autorização prévia dos debenturistas titulares de, no mínimo 85% do total das debentures em circulação, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios; (c) Decretação de vencimento antecipado do contrato de financiamento com o BNDES; (d) A extinção, encampação, rescisão, anulação ou caducidade da concessão outorgada pela União Federal sob o contrato de concessão; (e) Pedido de: (i) falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente elidido no prazo legal e (ii) pedido de autofalência formulado pela Companhia; e (f) Apurar o ICSD anualmente e durante todo o período de amortização da escritura. O ICSD precisa ser no mínimo de 1,3. O Cálculo do ICSD segue a mesma metodologia utilizada no cálculo do financiamento.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

15 PIS e COFINS diferidos

	2023	2022
PIS	8.755	9.080
COFINS	40.328	41.825
	49.083	50.905

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	8.421	7.870
Não circulante	40.662	43.035
	49.083	50.905

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Imposto de renda	63.403	58.580
Contribuição social	22.825	21.088
	86.228	79.668

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias. A posição em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	86.228	79.668
	86.228	79.668

17 Provisões e passivos contingentes

A Companhia é parte em processos judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza cível, fundiária e tributária.

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Os valores de passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados que não possuem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o total do risco de perda com prognóstico provável é de R\$ 1.838 e R\$ 1.170, respectivamente, e o total do risco de perda com prognóstico possível é de R\$ 628 e R\$ 532, respectivamente, e estão detalhados a seguir.

i. Desconto de parcela variável

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor em risco é de R\$ 462 e R\$ 440, respectivamente, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

ii. Servidão administrativa

A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão vai ser construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor em risco é de R\$ 62 e R\$ 92, respectivamente e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível e R\$ 951 e R\$ 342, respectivamente, como risco de perda provável.

iii. Indenização

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possui ação judicial composta por danos morais em decorrência de acidente de trabalho, cujo prognóstico de perda foi definido como provável, pelos consultores jurídicos, e para a qual manteve provisão no montante de R\$ 887 e R\$ 828, respectivamente.

iv. Ação regressiva

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia é parte em uma ação de regresso ajuizada pelo INSS. Sentença de improcedência. Em fase de recurso de apelação movido pelo INSS. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor em risco é de R\$ 104 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 266.880 dividido em 266.880.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	%	Ações (mil)
	2023 e 2022	
Celeo Redes Brasil S.A.	33%	88.960
Celeo Redes Expansões S.A.	67%	177.920
	100%	266.880

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor destinado foi de R\$ 1.511 e R\$ 1.063, respectivamente.

ii. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Em 27 de dezembro de 2023 por meio da Assembléia Geral Extraordinária (AGE) foi aprovada a transferência do montante de R\$ 46.245 da conta de "reserva de lucros a realizar" para a conta "reserva de retenção de lucros".

Conforme AGE realizada em 27 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 36.245 como dividendos adicionais.

Os dividendos serão pagos em sua totalidade de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

iii. Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais do imposto de renda auferido na exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso. Nos dias 18 de setembro de 2017 e 6 de dezembro de 2018 o Ministério da Integração Nacional por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), emitiu o Laudo Constitutivo nº 041/2017 (contemplando 595km da linha de transmissão) e nº 129/2018 (contemplando 354km da linha de transmissão), totalizando 100% do empreendimento, aprovando o direito à Companhia ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração. O período de vigência (ano calendário) desse incentivo fiscal é de 2017 até 2026 e 2018 até 2027, respectivamente. Durante o período de vigência, a Companhia deve atender as seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social; (ii) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente; (iii) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução; e (iv) aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM.

O não atendimento dessas obrigações pode resultar na perda do referido incentivo fiscal. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor destinado foi de R\$ 4.754 e R\$ 3.637, respectivamente.

iv. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 7.

Conforme descrito no item (ii), foi transferido R\$ 46.245 para a “reserva de retenção de lucros”.

v. Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2023 o valor destinado para dividendos adicionais propostos foi de R\$ 17.973.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor destinado foi de R\$ 5.991 e R\$ 4.138, respectivamente.

19 Receita operacional líquida

		2023	2022
Efeito da revisão tarifária periódica	(a)	14.162	-
Remuneração do ativo		46.955	47.489
Receita de operação e manutenção		15.912	15.059
Parcela variável		(14)	(265)
Outras receitas		-	39
Receita bruta		77.015	62.322
Pis e Cofins correntes		(8.617)	(7.738)
Pis e Cofins diferidos		2.045	2.664
Encargos setoriais		(3.646)	(3.285)
Deduções da receita		(10.218)	(8.359)
		66.797	53.963

(a) Veja nota explicativa 11.

20 Outros custos

	Nota	2023	2022
Contingências	(i)	(1.265)	-
Seguros		(232)	(245)
Diversos		(1.036)	(692)
		(2.534)	(936)

(i) Trata-se de complemento da provisão para contingência conforme nota explicativa 17.

21 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais

		2023	2022
Reparo e manutenção das instalações	(i)	(3.505)	(1.942)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(1.885)	(1.759)
Manutenção da faixa de servidão		(845)	(1.161)
Consultorias técnicas		(706)	(602)
Compartilhamento de instalação		(490)	(459)
Diversos		(727)	(353)
		(8.159)	(6.276)

- (i) Refere-se aos custos para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão, veja nota explicativa 24.
- (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo Redes Brasil S.A.

(b) Despesas operacionais

		2023	2022
Prestação de serviços administrativos	(i)	(850)	(850)
Consultorias		(367)	(315)
Diversos		(128)	(119)
		(1.345)	(1.284)

- (i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo Redes Brasil S.A

22 Resultado financeiro

	2023	2022
Rendimento de aplicação financeira	5.516	5.442
Outras receitas	667	269
Receitas financeiras	6.183	5.711
Juros do financiamento	(4.582)	(5.962)
Juros das debêntures	(9.296)	(10.732)
Outras despesas	(831)	(611)
Despesas financeiras	(14.709)	(17.305)
	(8.526)	(11.594)

23 Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Resultado antes dos impostos	38.396	26.658
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(13.055)	(9.064)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM	4.754	3.637
Outras adições	134	20
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(8.166)	(5.407)
Despesa de IR e CS corrente	(1.606)	(1.317)
Despesa de IR e CS diferido	(6.560)	(4.090)
Alíquota efetiva	21%	20%

24 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

		Passivo		Despesa	
		2023	2022	2023	2022
Celeo Redes Brasil S.A	(i)	158	216	(2.736)	(2.608)
		158	216	(2.736)	(2.608)

- i. Refere-se ao contrato com a Celeo Redes Brasil S.A referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais. O contrato foi assinado no dia 14 de dezembro de 2018 e possui vigência de 5 (cinco) anos. O valor original do contrato foi de R\$ 1.680 sendo atualizado pelo IPCA, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica "serviços de terceiros - despesas operacionais". O contrato foi assinado no dia 01 de março de 2013 e possui vigência de 5 (cinco) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R\$ 600 sendo atualizado pelo IPCA, podendo ser revisado caso haja alteração no escopo ou em havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão.

(b) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	4.138	2.234
Dividendos oriundos da reserva de retenção de lucros	36.245	30.000
Pagamento de dividendos	(34.000)	(32.233)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	5.991	4.138
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12.374	4.138

(c) Remuneração da administração

Em 2023 e 2022 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes Brasil S.A e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo.

25 **Gestão de riscos financeiros**

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de determinados ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (NOS) pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, cujo fornecimento é obrigatório para todos os usuários do Sistema Interligado Nacional (SIN).

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(3.024)	(2.268)	(1.512)
Financiamento	Aumento da TJLP	2.651	1.988	1.326
Debêntures	Aumento do IPCA	3.036	2.277	1.518

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (11,75% e 4,46%) foi considerada conforme relatório Focus de 29/12/2023. A TJLP para o cenário provável (6,55%) foi considerada conforme relatórios de mercado.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor justo	2023		2022	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa			2.073	-	160	-
Títulos e valores mobiliários	9	Nível II	-	25.733	-	33.473
Concessionárias e permissionárias	10		9.015	-	8.389	-
Ativos Financeiros			11.088	25.733	8.549	33.473
Fornecedores			1.122	-	1.127	-
Financiamento	13		40.477	-	57.458	-
Debêntures	14		68.071	-	75.416	-
Passivo Financeiro			109.670	-	134.001	-

(d) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

(e) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos netas informações financeiras, que não sejam mensurados ao valor justo, se aproximam dos seus valores justos, exceto conforme detalhado na tabela a seguir.

	Hierarquia do valor justo	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	14 Nível II	68.071	68.071	75.416	75.416
		68.071	68.071	75.416	75.416

As debêntures são classificadas como "outros passivos financeiros ao custo amortizado" e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

26 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2023 a 30.06.2024	96.278
Responsabilidade civil	30.06.2023 a 30.06.2024	20.000
D&O	30.06.2023 a 30.06.2024	50.000
Veículos	30.05.2023 a 30.05.2024	330

José Maurício S. de Souza
Diretor Técnico

Marcus Hansen Balata
Diretor Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8